

# Denunciada manobra contra índios

Do sucursal de  
CURITIBA

O professor e antropólogo Darci Ribeiro afirmou ontem, em Curitiba, que, diante dos protestos gerais da opinião pública contra o projeto de emancipação do índio, o ministro Rangel Reis, do Interior, "decidiu recolher a mão que ameaça as terras indígenas" e divulgou esta semana uma segunda versão do projeto de emancipação. Segundo ele, nesse projeto "permanece a ameaça de que a Funai, um órgão burocrático, e que vem exercendo muito mal a tutela dos índios brasileiros, poderá decretar a emancipação de uma tribo inteira ou apenas de alguns de seus indivíduos, quando algum burocrata assim decidir".

Darci Ribeiro lembrou a necessidade de desmistificar a proposta de emancipação do ministro Rangel Reis, afirmando que "qualquer brasileiro seria favorável à emancipação que pode parecer à primeira vista liberdade e alforria, a libertação de tantas quantas iniquidades e opressões que pesam sobre as comunidades indígenas, patrocinadas por aqueles que cobriam e roubam suas terras".

Para o ex-ministro da

Educação, porém, não se trata disso. Não é esse o propósito do projeto Rangel Reis que, com a sua proposta de emancipação, ameaça conduzir os índios compulsoriamente à condição de completa orfanidade, porque o sentido dela é tirar do índio a proteção orfanológica que o Estado lhe deve e que, bem ou mal, vem sendo exercida pela Funai desde os tempos de Rondon".

Ao explicar o sentido da tutela que o Estado deve aos índios, Darci Ribeiro afirmou que ela "consiste em garantir, a cada comunidade indígena, um pouco de terra para que ela possa prover sua subsistência livre de interferência da civilização que a cerca, assegurando ainda o direito desta mesma comunidade viver segundo seus costumes ou mudar a seu próprio ritmo sem sofrer opressões e vexames".

O Código Civil — ainda segundo Darci Ribeiro — ao consignar a tutela do índio, equiparou-o à mulher casada, ao pródigo e ao menor de idade, respondendo a uma questão meramente jurídica: "Ao invés de reconhecer a existência de uma parcela especial de indivíduos com características próprias e com direitos assegurados justamente por serem os ocupantes originais

de nosso território, os juristas equiparam o índio ao carente. Isso significa que a lei consignou ao índio uma incapacidade relativa para ampará-lo em suas carências, contra os interesses daqueles que cobriam suas terras, para melhor protegê-lo contra as doenças, o alcoolismo e a desmoralização".

Para Darci Ribeiro, o Código Civil, ao equiparar o índio ao carente "o fez para ampará-lo, para lhe proporcionar vantagens e jamais para humilhá-lo, para perseguir-lo, tanto assim que qualquer índio maior de 18 anos pode se tornar eleitor, com pendores empresariais pode manejar seus bens, pode prestar o serviço militar e até tirar passaporte. O que o índio não pode é ser obrigado a ser eleitor e nem autorizado a traficar com a terra que é bem coletivo de sua comunidade, nem ser obrigado a prestar o serviço militar".

Exemplificando, o ex-ministro afirmou que a tutela orfanológica é um artifício legal que foi inventado para dar ao índio uma proteção compensatória para as dificuldades que ele enfrenta. "É, portanto, uma medida de amparo da mesma natureza daquela que garante à mulher grávida uma licença após o parto,

assim como a que garante alguns benefícios ao menor que trabalha. É importante observar que ninguém pensaria em declarar que nenhuma mulher é grávida ou que todas as mulheres são grávidas, alegando que com essa providência estaria resguardando igualdade de tratamento".

## INTERESSES

Ao lembrar que o artigo 9º do Estatuto do Índio garante que, com um simples requerimento, qualquer índio pode ser declarado emancipado se é maior de 21 anos, se fala português e se é capaz de ganhar a vida, o antropólogo Darci Ribeiro mostra-se intrigado "com a insistência com que o ministro Rangel Reis vem propondo a decretação da emancipação compulsória das comunidades indígenas, enfrentando há meses a opinião de todos os antropólogos, indigenistas e missionários do país e a própria negativa dos índios".

Observando que a causa frequente da hostilidade aos índios tem origem na concepção de que eles representam um obstáculo ao progresso, Darci Ribeiro lembra que a observação não resiste a qualquer análise "se levarmos em conta que os índios brasileiros são em número reduzido, frente a população: contamos

hoje com cerca de 150 mil índios e 120 milhões de habitantes. Eles não têm qualquer condição de afetar o destino do País. O máximo que poderia atingir é a honra nacional de acordo com o que fazamos contra eles".

Darci Ribeiro destaca o fato de que as reservas indígenas não podem ser consideradas terras improdutivas atrasando o progresso nacional "principalmente se lembrarmos que hoje o governo tem cedido glebas de até dois milhões de hectares a particulares e estrangeiros e que até o momento menos da metade dos grupos indígenas no País tem terras demarcadas". Demonstrando que nos Estados Unidos existem hoje dois milhões de índios, dos quais 700 mil vivem em reservas demarcadas, o antropólogo afirma que "se tivéssemos entregue aos índios brasileiros a mesma proporção de terras que o governo norte-americano destinou a seus silvícolas, nossos índios contariam com território maiores do que São Paulo".

O mais grave, no entanto, para Darci Ribeiro é o fato de que "menos da metade dos grupos indígenas do País tem terras demarcadas e duas terças partes das que estão demarcadas o foram antes da

existência da Funai, ainda nos tempos do Serviço de Proteção aos Índios. Mais de uma centena de grupos indígenas no País não tem garantia da posse das terras em que vivem".

A não demarcação das terras dos índios, segundo ele, imputa ao ministro Rangel Reis a acusação de tutor infiel, uma vez que ele é no País a autoridade do Estado que tem a seu cargo o amparo das comunidades indígenas e que tem destinado verbas consideradas insignificantes para esse trabalho. "Ele mesmo se obrigou a demarcar as terras indígenas até o final deste ano. Além de não cumprir com um dever instituído em lei, Rangel em vez disso, vem oferecendo ao índio esse ambíguo projeto de emancipação que eu acredito, devido à insistência com que o ministro tem acenado com ele, que existe algo escondido. Para mim a emancipação pode significar a disposição das poucas terras dos índios."

"Se, por exemplo, o ministro declarasse que a família do governador Jaime Carnet não mais existe, como pretende fazer com as comunidades indígenas, fica claro que seria mais fácil tomar conta de suas propriedades".